

## **O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E O “ARCO-ÍRIS SOCIOCULTURAL DA SALA DE AULA”:** entrevista com Luiza Cortesão

---

**Luiza Cortesão**  
Universidade do Porto, Portugal

**Ruth Pavan**  
Universidade Católica Dom Bosco

### **Apresentação**

Luiza Cortesão é Professora Emérita da Universidade do Porto. Cofundadora e atualmente Presidente da Direção do Instituto Paulo Freire de Portugal (IPFP). Coordenadora do Centro de Recursos Paulo Freire da FPCEUP. Professora Catedrática jubilada da FPCEUP e investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da mesma instituição, com destaque para os estudos sobre investigação-ação, interculturalidade, Paulo Freire e cidadania. É autora do livro *Ser professor: um ofício em risco de extinção?*, dentre outras obras. Também tem vários artigos publicados em revistas de âmbito nacional e internacional. É conhecida por sua participação como conferencista, palestrante e entrevistada em inúmeros eventos da área da Educação. Colabora com investigações produzidas no Brasil, em centros de pesquisa e universidades brasileiras. Luiza Cortesão traz uma contribuição radicalmente necessária no combate a formas de opressão, principalmente as que provocam processos de humilhação nas relações estabelecidas em sala de aula, devido ao que a autora denomina de “daltonismo cultural”. A relevância e densidade teórica da autora são imprescindíveis para pensarmos uma educação transformadora que reconhece a multiplicidade presente nas salas de aula. Luiza Cortesão, com sua profundidade teórica e testemunho de vida, ensina-nos que precisamos reconhecer e respeitar o “arco-íris cultural” presente no cotidiano das escolas a fim de evitar práticas discriminatórias e possibilitar um processo educativo que promova a dignidade, a cidadania e a justiça sociocultural.

Nosso encontro foi motivado pela produtiva relação da obra de Luiza Cortesão com a obra de Paulo Freire. Portanto, nosso objetivo ao entrevistá-la, além de apresentar alguns elementos constituidores das teorizações da autora, foi também destacar a presença do pensamento do autor brasileiro nas suas reflexões.

**Ruth Pavan:** *Uma de suas conferências que tivemos o prazer de ouvir recentemente ocorreu na Universidade do Porto, no Congresso Internacional “O tempo dos professores”, no dia 29 de setembro de 2017, em uma Conferência Plenária intitulada: “Ofício do professor: entre atividades de tradução e busca de justiça sociocultural”. O auditório em que a senhora fez a conferência estava lotado, e a sua opção foi por não usar o microfone. Sua fala foi de quem estava dialogando conosco, e, naquele auditório lotado, ninguém tinha dificuldade de ouvi-la, tamanho o silêncio que se fez. Esses momentos demonstram a atualidade, a pertinência e o sentido que sua fala tem entre nós, professores e professoras. São esses encontros que ajudam a revitalizar o diálogo entre professores e professoras na perspectiva da construção da transformação em prol de justiça social, econômica, cultural e educativa. Portanto, trata-se de, evidentemente, ser contrária a qualquer abordagem fatalista do futuro, mas também de ser importante reconhecer que são muitos os entraves para a transformação assinalada. Poderia retomar, pelo menos em parte, as ideias centrais de sua fala proferida na conferência à qual nos referimos anteriormente, bem como descrever como foi o processo de construção de sua identidade e trajetória teórica, como as ênfases e temas de interesse do campo da educação foram emergindo e se constituindo para a senhora, sempre aliados à percepção de que a educação é necessariamente um ato político?*

**Luiza Cortesão:** Meu tema central de trabalho consistiu sempre na tentativa de compreender problemas que existem à volta do sucesso ou insucesso escolar e de efeitos de discriminação social e cultural relacionados com o processo educativo. Se isso acontece é porque politicamente sou uma pessoa muito engajada, é uma questão sobre a qual é interessante refletir. Sartre dizia que “somos o que fazemos com o que fizeram de nós”. Sabe-se, de facto, que o contexto profissional, o contexto histórico, o contexto vivido, tudo se imbrica, e se relaciona entre si. E é sobre e com essa complexa influência do contexto de vida que nós próprios nos vamos construindo.

Sou de facto de uma família muito marcada politicamente. Meu pai participou na chamada revolução de Três de Fevereiro, que foi uma tentativa revolucionária que aconteceu contra a ditadura portuguesa de então. Quando se instaurou e endureceu a ditadura, meu pai teve de sair do país. Quando eu nasci, aliás, ele já estava na ilegalidade. Foi então para o Norte de Espanha, para a Galiza, de onde seguiu para o Brasil. Nessa altura, já os meus pais tinham cinco filhos. Quando minha mãe foi comigo à Galiza, de que eu lembro muito vagamente, para nos despedirmos de meu pai, que ia para o Brasil, onde passou a viver, tinha eu quase três anos. A partir daí, ele passou a ser, portanto, um refugiado político no Brasil. Em consequência deste afastamento e para poder conhecê-lo realmente meus pais entenderam que eu deveria interromper o curso entre o ensino secundário e a universidade. Pude assim passar um ano com ele no Brasil. Tinha 17 anos, imagine! Pelo que lhe acabo de dizer, é possível perceber que, não só o meu pai, como

minha mãe, tudo sacrificaram numa luta contra a ditadura e pela liberdade, na tentativa de contribuir para que pudesse acontecer uma vida mais decente em Portugal. Nos anos que se seguiram, também estivemos, meus irmãos e eu, envolvidos em algumas atividades políticas, embora eu, muito menos que os meus irmãos. Neste contexto sociopolítico nacional e com este ambiente familiar, é natural que, mais tarde, profissionalmente, o trabalho em educação fosse encarado por mim como a minha própria forma de luta contra a injustiça e a desigualdade.

No início da minha carreira, eu era professora de Biologia, tendo trabalhado vários anos no ensino secundário. Nesse período orientei estágios de formação de jovens professores. Comecei então a interessar-me cada vez mais pela formação de professores, percebendo a importância que, apesar de todos os obstáculos, o professor pode ter nas características e efeitos do processo educativo. Fiz sobre este tema a minha tese de doutoramento. Mais tarde, na universidade, já como docente, fui-me também dando conta de outras questões. Por exemplo, trabalhando questões de diversidade cultural passei a estudar a possibilidade de tentar que as aprendizagens dos alunos fossem significativas e que não constituíssem, para eles um mero processo de aprendizagem domesticadora. Fui percebendo que é necessário que a prática educativa do professor não se desenvolva em processos de tentativa-erro, quando procura enfrentar as dificuldades que vão surgindo na relação educativa. Fomos vendo, o Steve Stoer e eu, a importância de o processo educativo ser orientado tendo em conta a análise da realidade sociocultural dos alunos. É isto que permite propor atividades que tenham em conta o universo sociocultural dos alunos, seus saberes, seus problemas, seus valores. Daí a hipótese que Steve Stoer e eu formulamos de que, de facto, o também professor, ao trabalhar assim, terá de ser não um mero tradutor do saber produzido por outros mas um produtor de conhecimento no campo antropológico e pedagógico. Produtor de conhecimento no campo antropológico, ao procurar conhecer e compreender características socio culturais dos alunos com que trabalha; produtor de conhecimento de tipo pedagógico quando é capaz de conceber materiais e processos de aprendizagem, tendo em conta essas características. Isto implica um debate muito sério, sob o ponto de vista epistemológico, pois que considerar o professor, um bom professor, como um produtor do conhecimento no campo da antropologia e da pedagogia coloca-o no campo da pesquisa-ação. Portanto, como vê, é claro que não foi por acaso a escolha dos orientadores da minha tese de doutorado. Nessa minha transição da Biologia para a Educação, eu tive como orientadores Marcel Postic, da Universidade de Nantes, das Ciências da Educação e Steve Stoer, que era Sociólogo da Educação, da Universidade do Porto. Assim sendo, eu pude usufruir logo de início da minha carreira das duas vertentes. Daí, muito provavelmente, ser este o meu campo de trabalho

**Ruth Pavan:** *E foi esta vinculação histórica com a pesquisa-ação que a ajudou a aproximar-se de Paulo Freire, a posição política ou tudo junto? Reconhecendo que Paulo Freire, além de fazer pesquisa-ação, também fez muitas vezes pesquisa e ação,*

*talvez fosse interessante falar um pouco sobre as características de uma e de outra e como isso contribuiu para aproximar-se de Paulo Freire.*

**Luiza Cortesão:** É muito interessante reparar que Paulo Freire teve uma prática, um posicionamento político e opções epistemológicas que questionam a validade das dicotomias. Nesse contexto, a separação entre teoria e prática era, para Paulo Freire, algo de não aceitável. Paulo Freire, aliás, desde os seus primeiros trabalhos, valorizou constantemente a prática e o enriquecimento que decorre do entrosamento entre a teoria e a prática. Indo concretamente ao encontro da sua questão poderei dizer que Paulo Freire fez muitas vezes pesquisa e ação, outras vezes, fez pesquisa-ação, que são duas coisas diferentes, ambas podendo ser muito interessantes, muito válidas. A experiência de Angicos é disto um bom exemplo. É um claro caso em que ele fez primeiramente uma pesquisa do tipo antropológico desencadeada e orientada por um pensamento teórico muito rico, interessante e muito estruturado. Em Angicos, ele e os seus colaboradores conviveram com as pessoas, observaram, apropriaram-se, embeberam-se da cultura e dos problemas locais. A identificação dos temas-geradores e das palavras-geradoras resultou portanto de uma apurada pesquisa de tipo antropológico, feita num dado momento e feita é certo, em consequência da formulação de uma hipótese anterior que apontava para a importância de construir o processo de aprendizagem em estreita ligação com a cultura local, para que a aprendizagem fosse significativa. A ação de intervenção pedagógica surge desenvolvida sobre e depois dos resultados da pesquisa e da conceção teórica feitas concebidas e concretizadas em tempos diferentes. Ora, uma das coisas que caracteriza a pesquisa-ação é a coexistência no tempo da pesquisa e da ação. Penso que, neste caso, a pesquisa e ação se sucederam e se enriqueceram sucessivamente.

Eu tive a sorte, o privilégio de, por duas vezes, ter sido convidada a ir a Angicos, no Nordeste brasileiro, podendo aí falar com antigos alunos de Paulo Freire. Foi então possível ver como tantos anos passados, persistem alguns efeitos dos de uma educação conscientizadora. Na conversa que se seguiu, outras afirmações muito interessantes foram surgindo. Eles explicaram, por exemplo, quanto tinha valido a pena terem participado naquele trabalho, porque agora “já sabiam como votar”, já “sabiam os seus direitos”. Quando conversamos com eles perguntei também o que é que os terá levado, depois de um dia de trabalho, a irem aprender a ler e a escrever. Foi muito interessante a resposta que obtive. Disseram-me que Paulo Freire pôs carros com alto-falantes convidando-os a ir a umas sessões, dizendo que iam por em marcha esse projeto de alfabetização. Contaram-me que a reação deles foi uma reação que seria de esperar de uma população habituada a ser dominada e explorada. Contaram que entre eles, comentaram então: “não acredito!”, “de graça?”, “não acredito!”. A senhora que me contou isto é a mais nova de todos os ex-alunos ali presentes e que são hoje, realmente, muito idosos. Disse-me também uma coisa muito bonita: “eu alfabetizei-me nos joelhos do meu pai e ao colo da minha mãe”. Explicou que era então uma menina pequena, e que quem se tinha ido alfabetizar tinha sido o pai e a mãe. Ela era pequena e aprendeu ao mesmo tempo com eles.

**Ruth Pavan:** *Essa ida a Angicos foi com o pessoal que trabalha com as teorizações de Paulo Freire?*

**Luiza Cortesão:** Sim, o tema que nos reuniu foi um congresso cujo tema era “Diálogos com Paulo Freire”. Foi concebido e concretizado por um grupo que trabalha num sindicato de professores de Natal, com o qual colabora também Inês Helena, da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro.

**Ruth Pavan:** *A sua resposta, toda marcada por um ativismo social, me fez lembrar do livro Luiza Cortesão – uma homenagem, no qual Carlos Alberto Torres, no item “Primeiras palavras”, diz que a senhora é uma das poucas pessoas que conseguem articular “ativismo social com um academismo sério”. Embora na sua resposta estejam presentes essas duas dimensões de forma muito consistente e articulada, de modo que ambas se fortalecem, poderia falar algo mais sobre essas duas dimensões e da necessidade de sua articulação?*

**Luiza Cortesão:** Há, de facto, pessoas que procuram intervir no processo educativo e que, talvez porque estão muito empenhadas numa melhoria imediata das práticas não dão grande importância à análise dos contextos políticos e económicos, onde existem forças produtoras de estruturas extremamente paralisantes, extremamente condicionantes, mas que, por vezes, não são facilmente identificáveis. No campo educativo, por exemplo, a forma como um currículo concebido e posto a funcionar é determinado por forças que atuam muito afastadas, muito acima do que acontece nas escolas, no processo de aprendizagem. Uma consciência destes condicionamentos é algo que os ativistas mais líricos tendem a ignorar, pensando que têm toda a capacidade de pôr em prática uma educação com efeitos reais que corresponde aos seus ideais políticos e sociais.

Não tomar em linha de conta a existência real destas condicionantes que, de facto, frequentemente não são muito explícitas, é, na minha opinião, adotar práticas que podem diminuir a qualidade da intervenção. É identificando que barreiras existem que há mais possibilidades de encontrar nelas espaços de intervenção. Portanto, quando se fala de depreciativamente de “academicismo” para referir o trabalho que recorre à utilização de ferramentas que a produção científica nos oferece, eu defendo que esta é uma posição não aceitável. Penso que, na verdade, trabalhar socorrendo-se dela é uma forma válida de agir. Costumo muitas vezes recordar uma frase, atribuída a Newton. Dizia-se que ele afirmava: “subindo aos ombros dos gigantes, eu vi mais longe”. Todos nós veremos mais longe, se subirmos aos ombros dos gigantes, isto é, se lermos, estudarmos aquilo que os outros descobriram, sobre o qual refletiram e que nos pode oferecer e que são, por vezes, instrumentos espantosos de compreensão da realidade. Depois, nós próprios podemos

empreender práticas de reflexão, de busca, tentando a possibilidade de intervir de uma maneira mais lúcida, mais adequada e com maior probabilidade de produzir efeitos positivos. Penso, de facto, que terá de existir uma associação forte entre o mundo acadêmico e o mundo da intervenção, que muitos separam, mas que não devem, não podem estar separados. Carlos Torres diz isso sobre mim de uma maneira muito simpática, muito elogiosa, que evidentemente agradeço, e que, de facto, penso ser estruturante da minha maneira de pensar, mas que é algo que deveria estar presente nas esforços de intervenção de todos nós.

**Ruth Pavan:** *No mesmo livro, Luiza Cortesão – uma homenagem, no item intitulado de forma instigante “A reconfiguração da Conscientização, ou como Luiza Cortesão se pós-modernizou?”, os autores Stephen R. Stoer e António M. Magalhães afirmam: “no final dos anos 80, princípio da década de 90, a obra e o trabalho de Luiza Cortesão começaram a estruturar-se em torno da análise sociológica da educação inter-multicultural crítica”. Inclusive, muitas dessas reflexões feitas, e resalto a expressão “daltonismo cultural”, foram amplamente (re)apropriadas por diferentes pensadores da área da educação. A expressão continua potente? O que a senhora diz sobre isso?*

**Luiza Cortesão:** Neste caso o conceito de “daltonismo” constitui uma metáfora que, basicamente, pretende significar a dificuldade, que muitos têm, de discernir a diversidade. Trata-se da diversidade cultural, social e racial, de gênero, etc. Portanto, este conceito pretende contribuir para contestar a validade da ideia infelizmente aceite e praticada por muitos, de que se deve “tratar a todos como sendo iguais”. Esta é uma ideia que representa, de facto, uma base extremamente poderosa e perigosa, que estrutura fortemente a prática instituída mais comum. É uma ideia que estimula, por exemplo, a olhar uma turma de meninos e meninas que tenham 12 ou 13 anos como sendo todos iguais, como se a idade fosse suficiente para os descrever e compreender. Neste tipo de atitude e de prática não se atende às diversidades sociais, não se atende às diversidades culturais, não se atende às questões de gênero ou até às idiosincrasias presentes nos alunos. Em consequência pensa-se ser correto tratar todos como sendo iguais. É com isto que se pensa poder justificar, por exemplo, a construção dos *rankings* que pretendem ser válida a comparação de resultados entre grupos de alunos que têm condições de vida com características totalmente diferentes. E é também este tipo de práticas que traz como consequência que os grupos minoritários sejam discriminados, porque as propostas curriculares que lhes são oferecidas, tidas oficialmente como universais, na realidade adequam-se só a um determinado grupo social que compõe a sociedade e que é (arbitrariamente) considerado o que é “normal”. São concebidas pensando num grupo que se socializou em contextos sociais, económicos e culturais que são considerados os que são realmente válidos e que portanto, é considerado serem os que é preciso preservar. Este é, por exemplo, o caso do grupo que os ingleses

designam WASPs (*White Anglo-Saxonic Protestants*) e que compõe os grupos dominantes daquela sociedade.

“Daltonismo cultural” é uma característica que permite ao professor, geralmente de uma forma não consciente, trabalhar de modo que, afinal, acaba por ter como consequência discriminar os grupos minoritários, porque não lhes é nem significativo nem adequado.

No entanto, é importante considerar outros aspetos que evidenciam, de forma particularmente visível, dificuldades, mesmo riscos que sempre estão presentes no trabalho sobre e com estas questões de diversidade. Posso dar-lhe alguns exemplos que me preocupam muito. Nestas últimas intervenções que fiz em Natal, no Rio Grande do Norte, tive o gosto de trabalhar juntamente com um grupo muito interessante. Uma das colegas que estava presente e que tinha apresentado uma comunicação relativa a problemas ligados com a educação de pessoas com *handicaps*, em dada altura interpelou-me: “eu quero dizer-lhe uma coisa relativa à sua intervenção de ontem e hoje: você por duas vezes falou de ‘daltonismo cultural’, e isto é uma forma discriminatória de referir os daltônicos”.

É evidente que eu fiquei a refletir sobre esta crítica pensando na justiça daquela crítica. Realmente, daltónico é um conceito baseado no significado que, no senso comum, se tem do que é daltonismo, e que, obviamente, poderá chocar daltónicos e quem se preocupa especialmente com daltónicos. Pode-se, de facto, interpretar este conceito como uma forma depreciativa de referir o problema. Este episódio, na minha reflexão, juntou-se a um conjunto de questões com que eu me debato e para as quais, realmente, não tenho resposta. Por exemplo, uma das pessoas com quem eu lido no Instituto Paulo Freire é vice-presidente do Instituto, Eunice Macedo, trabalha muito com questões de gênero. Então, frequentemente, surge a questão do uso, que faço nos textos, do masculino, para referir universos que são, na verdade, masculinos e femininos, muitas vezes, até, predominantemente femininos. É o caso, por exemplo, de escrever “professor”, para referir afinal o universo constituído por professores e professoras. Isto dá origem, por vezes, a trocas de argumentos e a reflexões interessantes. Assim sendo, não podemos deixar de prestar atenção às questões de gênero e vamos escrever ele/ela, professor/professora. Embora reconhecendo a validade, a enorme importância deste tipo de preocupações, eu penso que esta questão envolve decisões difíceis de tomar, porque chocam com a qualidade/fluência e mesmo, por vezes com a pertinência do texto. É que não podemos deixar de reconhecer que as preocupações deste tipo não se restringem a questões de gênero. Repare então: aqueles que lidam com as questões de etnia, por exemplo, batem-se e com toda a razão, contra a utilização da metáfora a que tão frequentemente se recorre e que consiste em usar “negro” e “preto” para descrever o que é uma situação ameaçadora ou negativa, como por exemplo, “nuvem negra”, “perspetivas negras”, “mercado negro”... Tomar consciência disto estimula-nos, obriga-nos mesmo, a retirar a metáfora “negro” de todos os textos; mas em seguida é necessário tomar em consideração o que defendem os cegos e as pessoas atentas aos problemas dos cegos e dos amblíopes, que denunciam o real, o verdadeiro erro de frases como “a cegueira em relação a esse problema”. Portanto, toma-se consciência de que não se pode utilizar esta metáfora. Em seguida teremos de pensar nos surdos e os trabalham com surdos que defendem não se

poder dizer “a surdez a esse problema” ou “surdez a esse grito social...”, porque isto é sentido como metáfora depreciativa para os surdos. De amputação em amputação das metáforas o que fica do texto com alguma qualidade literária? Não tenho resposta para essa questão. Assim sendo, mantenho o conceito de “daltonismo cultural”, de que sou autora, porque entendo que ele traduz muito bem o que pretendo referir. Mas realmente passei a estar consciente de que ele é e pode ser visto como sendo polêmico!

**Ruth Pavan:** *Essa questão das expressões também me preocupa e também concordo com a senhora quando diz “batem-se com toda a razão”, porque eles têm razão, mas eu acho que isso faz parte da complexidade de lidar com a diferença, porque estamos todos aprendendo. Lembro-me de Paulo Freire, que disse, no livro Pedagogia da Esperança, que mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo.*

**Luiza Cortesão:** Sim, mas, por tudo o que anteriormente referi, não vejo solução para este problema.

**Ruth Pavan:** *Também não tenho resposta. Penso que é uma arena, mas temos que ficar atentos à linguagem.*

**Luiza Cortesão:** E é uma questão que Paulo Freire trata quando as feministas o criticaram pela linguagem que usava, sobretudo nas suas primeiras obras. Paulo Freire reconheceu-o e disse: “tem razão, e eu só tardiamente percebi...”. Mas na beleza dos textos de Paulo Freire, na beleza poética, na riqueza metafórica que eles têm, se se amputarem todas essas metáforas, que podem ser consideradas como discriminatórias, atendendo a todas estas justíssimas reclamações, o que seria feito dos textos dele?

Eu não posso deixar de falar em daltonismo cultural porque me ajuda numa luta que também considero justa e importante.

**Ruth Pavan:** *E o conceito continua muito potente...*

**Luiza Cortesão:** Um dos autores a que mais recorro, que mais estrutura o meu trabalho é sem dúvida Bourdieu. Constantemente, Bourdieu ajuda-me a refletir, a perceber o que tento entender. O conceito de *habitus* de Bourdieu, por exemplo, é fundamental para refletir sobre esta questão. O *habitus* está instalado no inconsciente de todos, e, evidentemente, também nos professores. O daltonismo cultural é algo que tem muito que ver com o *habitus* que, insidiosamente, se instala ao longo da socialização de muitos de nós e que nos estimula a aceitar a ideia de que as pessoas em geral são muito semelhantes, partilhando gostos, valores, conhecimentos e, sobretudo que estes são os valores e práticas que, de entre todos, são os melhores, os mais aceitáveis, os mais válidos. Se isto não é consciente, os



professores que não se dão conta da diversidade que trabalham, que não aceitam comportamentos considerados menos válidos no seu próprio universo cultural, não podem ser vistos como maldosos, nem como racistas. São, sim, frequentemente inconscientes da diversidade com que trabalham, e de que, em consequência têm práticas que não atendem a essa diversidade que realmente existe. Portanto, admito que estar alerta para a existência da diversidade é um fundamental primeiro degrau para poder atender à diferença, diferenciar e tentar conseguir ter práticas intermulticulturais.

**Ruth Pavan:** *Isso também tem a ver com a formação de professores. Precisamos pensar em uma formação que ajude os professores a perceberem as diferenças de seus alunos. Aliás, em seus escritos, tanto quanto nos de Paulo Freire, a formação dos professores é um dos elementos de destaque; inclusive, você fez referência na sua primeira resposta, mostrando que a formação de professores é um caminho para lutar contra a educação conservadora. Em um de seus livros, a senhora refletia sobre Ser professor: um ofício em risco de extinção? Como responderia esta pergunta hoje, passados mais de 10 anos da primeira edição, quando se observa que os discursos conservadores que sustentam, entre outras coisas, que as tecnologias podem substituir um professor ganham mais força? Nesse livro, a senhora traz uma ressignificação do trabalho docente com uma vitalidade e rigurosidade ímpar e não postula a sua extinção.*

**Luiza Cortesão:** Não se trata de uma tese muito original. Mas, penso de facto, se o professor permanece na sua prática tal como ela frequentemente é, rotineira, repetitiva que se limita a comunicar o que consta do manual, ele é perfeitamente substituível pela máquina, sobretudo porque a tecnologia é cada vez mais perfeita, mais avançada, mais sofisticada. Só se conseguir qualquer coisa que a tecnologia não resolve, é que faz sentido continuarmos sendo professores. E o que a máquina não pode fazer, por exemplo, é o estabelecimento de uma relação pedagógica positiva. Isto está ligado a todo o campo das emoções, dos afetos. Está também ligado, por exemplo, com a implicação, com o esforço em tentar diminuir injustiças existentes, numa luta por um mundo melhor que o professor pode tentar fazer.

**Ruth Pavan:** *Imagino que a ideia de constituir o Instituto Paulo Freire em Portugal tenha sido motivada, entre outras razões, por essa vontade política de lutar por uma educação transformadora, de lutar por uma educação que rompe com a ideia de que o professor é facilmente substituível, em defesa de uma relação pedagógica dialógica, pois, de certa forma, pode-se dizer com Paulo Freire que, ou a educação é dialógica, ou não é educação, é mero adestramento. Também em defesa de uma educação que reconhece que há várias culturas, que são diferentes, mas não classificáveis em superiores e inferiores; enfim, acredito que a criação do Instituto*

*tenha sido para contribuir para que as ideias centrais do pensamento de Paulo Freire se mantenham vivas não só em Portugal, mas no mundo inteiro. Seria isso?*

**Luiza Cortesão:** Está a referir-se ao Instituto Paulo Freire, em Portugal? Os diversos Institutos Paulo Freire não são iguais, e porque são até bastante independentes, não sei, com segurança, falar-lhe dos outros. Em Portugal, nós estamos intimamente ligados a importantes proposições de Paulo Freire, por exemplo à questão da sempre existente natureza política da educação. Valorizamos com ele o conceito antropológico de cultura, que significa práticas de não-hierarquização das culturas. Com ele acreditamos na possibilidade de se conseguir alguma gestão da autonomia relativa embora estejamos conscientes do poder limitante das estruturas... Isto é muito importante. Todas estas (e mais algumas outras) são preocupações estruturantes do Instituto que eu partilho totalmente. Também eu penso ser muito perigoso ignorar a força do poder decisório das estruturas económicas, políticas, etc. Penso ser preciso ter consciência delas e denunciar seus efeitos. Portanto, nesta denúncia, ligo-me totalmente, ( e esforço-me para que o Instituto o faça, também) às teses dos sociólogos da reprodução. Mas, ao mesmo tempo, se acho importante ter a noção de que ninguém é totalmente livre de decidir e fazer o que entender ser justo, pois está, de certo modo, constringido, limitado por forças que nos transcendem, na linha da teoria crítica, admito (e o Instituto trabalha nesta linha) a possibilidade de identificar, e até por vezes, alargar os espaços de intervenção. Este é um conceito sociológico da autonomia relativa. Acredito que o professor tem, por vezes, a possibilidade de usufruir de alguma autonomia, embora na maior parte das vezes, não tenha consciência disso. E não tendo consciência disso, não explora possibilidades de que, afinal, por vezes, dispõe. Não explora, e às vezes nem sequer tem nem vontade de explorar.

**Ruth Pavan:** *Tem uma questão que agora que a senhora falou me mobilizou a pensar isso e que me perturba sobremaneira. Na palestra no evento “O tempo do professor”, a senhora falou nisso, de como é recorrente que se articule a ideia de que uma educação que atenda à diversidade é de baixa qualidade. Então, o discurso hegemónico ligado ao mercado quer nos fazer acreditar que a escola é boa quando defende a meritocracia, homogeneiza e não se preocupa com a questão da diversidade, mas, na verdade, essa escola é considerada “boa” porque atende um tipo de sociedade que não é a que defendemos. Como lidar com a diversidade sem homogeneizá-la?*

**Luiza Cortesão:** Repare que esse discurso hegemónico que referi contém uma resposta e proposta de sucesso para aquele tipo de público e adequada ao tipo de sociedade que existe e domina. Por exemplo, para o anterior governo, para o Ministério da Educação, entendia-se que aquilo que a escola tinha de fazer era preparar os alunos para o mercado de trabalho, um mercado de trabalho de estatutos e remunerações muito diferenciados. O importante para sobreviver no sistema educativo era a aquisição de conteúdos curricularmente

estabelecidos como importantes. O estímulo à competição, à eficácia, à competitividade eram palavras-chave. Para este contexto, tais palavras são, de facto, importantes, pois são o alicerce do sucesso no tipo de sociedade defendida por eles. Se nós pretendemos contribuir para uma sociedade diferente, para uma sociedade mais justa, mais inclusiva, que não discrimine, que não exclua, não é este o caminho. Será então importante pensar mais, por exemplo, em desenvolvimento, em cooperação, em solidariedade.

Mas a defesa deste tipo de opções impõe uma reflexão séria sobre alguns problemas. A preservação de culturas minoritárias que existem numa sociedade cuja organização é muito mais forte, muito poderosa, exige trabalho cuidadoso, refletido, tão importante quanto arriscado. Por exemplo, se trabalhamos com ciganos, e eu trabalhei muito com ciganos, é necessário, evidentemente, procurar respeitar/preservar a sua cultura, atender aos seus saberes, aos seus valores e problemas que eles enfrentam. Obviamente, isto exige formas de trabalhar de diferentes orientações, com as quais se podem por vezes conseguir resultados interessantes. Mas também pode acontecer que se esteja também a correr o risco de contribuir para isolar, para guetizar esse grupo. É que, se não houver o cuidado, pode-se correr o risco de não equipar as pessoas desses grupos com instrumentos que lhes garantam, não só a sobrevivência, mas sim o usufruto de uma vida digna, a capacidade de terem uma vivência cidadã, mesmo que isso aconteça no contexto de uma sociedade dominante. Daí a ideia, a proposta de, com todo o cuidado, tentar imaginar e pôr em marcha uma educação que, simultaneamente, a todos dê, que confira, que estimule – é mais a palavra – o direito, a capacidade e de viver com qualidade na sociedade dominante, sem que isso seja feito à custa da destruição das suas raízes culturais, dos seus valores culturais. Era isso que designamos de “bilinguismo cultural”.

A complexidade deste tipo de trabalho que lida, simultaneamente com a preocupação de preservar culturas minoritárias, tentando ao mesmo tempo que elas consigam conviver, sem serem esmagadas, com a sociedade dominante, é de uma forma brilhantemente sintetizada por Boaventura de Souza Santos quando afirma: “...as pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os inferioriza”.

**Ruth Pavan:** *Voltando a falar do Instituto Paulo Freire de Portugal, lembro que ele promove vários eventos. Dentre outros, já está na décima edição a “Tertúlia Dialógica”. Diante da ausência/presença de Paulo Freire, o que reiteradamente é lembrado nas tertúlias?*

**Luiza Cortesão:** Tertúlia dialógica é uma das atividades que o Instituto instituiu a partir de uma proposta, não minha, mas da Eunice Macedo. A pessoa que dinamiza a tertúlia escolhe um pequeno texto, que considere muito importante. Até agora, pelo menos, têm sido escolhidos textos de Paulo Freire. O Instituto tem uma *mailing list* para a qual envia notícias, habitualmente. Enviamos então esse texto para todos. Assim sendo quem vier à sessão poderá realmente ler o texto... Portanto, nestas tertúlias a pessoa que escolheu o

texto é encarregada de lançar a temática, e todos nós a discutimos. E tem sido, realmente uma iniciativa de sucesso! No segundo ano da realização das tertúlias, quem passou a encarregar-se de lançar a discussão foram estudantes de pós-graduação da faculdade, portanto os nossos estudantes de mestrado e doutoramento. Isto significou que o interesse por Paulo Freire, de repente, começou a alastrar ao grupo do doutoramento e os alunos em geral. Às vezes, são escolhidos pequenos textos, por exemplo, da Pedagogia do Oprimido, da Pedagogia da Autonomia, ou até de uma entrevista dada pelo próprio Paulo Freire. É portanto um texto que, em princípio, é do conhecimento dos participantes, escolhido pela pessoa que dinamiza a sessão por ser, para ela, particularmente interessante ou bonito. O tema discute-se durante uma tarde.

**Ruth Pavan:** *Penso que essa proposta é muito interessante para tornar mais vivo o pensamento de Paulo Freire. Minha pesquisa de pós-doutoramento, realizada na Universidade do Minho com alunos de mestrado em ensino, mostrou que muitas pessoas nunca ouviram falar de Paulo Freire.*

**Luiza Cortesão:** Infeliz e inacreditavelmente, eu creio que no Brasil este problema não é muito menor. Quando, no próprio país de Paulo Freire, eu faço uma intervenção naquelas grandes assembleias, naqueles grandes auditórios que aí existem, sempre pergunto: quem é que leu um livro de Paulo Freire? E olhe que tem acontecido em assembleias de 500 ou 600 pessoas haver meia dúzia de braços levantados.

**Ruth Pavan:** *Para finalizar, em qual projeto de pesquisa a senhora atualmente atua? O que o projeto problematiza? Quais são as ênfases?*

**Luiza Cortesão:** O projeto no qual estou envolvida consiste, essencialmente, na dinamização do Instituto Paulo Freire de Portugal. Para além disto, atualmente participo também num projeto europeu cujo título é “Xeno tolerância zero”. Achei o título desafiante, embora detestando a palavra *tolerância*. No entanto, falar em *tolerância zero*, tornou o tema de trabalho muito interessante. Porque se trata de uma temática muito complexa, tivemos alguns debates bastante vivos sobre questões de relação entre culturas, sobre discriminação, racismo e radicalização. É uma proposta de pesquisa e de intervenção internacional que vai terminar com um seminário final que irá acontecer na Bélgica. Discute-se, por exemplo, porquê a diversidade tem direito a existir. Mas, como diz Visvanathan, mais do que ter direito a existir, ela existe mesmo. É real. Até porque se não existisse a diversidade, não havia democracia.....

**Referências:**

CORTESÃO, Luiza. **Ser professor:** um ofício em risco de extinção? São Paulo: Cortez, 2011.

CORTESÃO, Luiza. **Ser professor:** um ofício em risco de extinção? Porto: Ed. Afrontamento, 2000.

CORTESÃO, Luiza. Professor: produtor e/ou tradutor de conhecimentos? Trabalhando no contexto do arco-íris sociocultural da sala de aula. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n.3, p. 719-735, dez. 2012.

MAGALHÃES, António; MACEDO, Eunice; CORREIA, Luis Grosso; STOER, Stephen. **Luiza Cortesão, uma homenagem.** Porto: Instituto Paulo Freire de Portugal, 2004.

### *Correspondência*

**Luiza Cortesão:** Professora Emérita da Universidade do Porto, Portugal

**E-mail:** cortesao@fpce.up.pt

**Ruth Pavan:** professora do Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS.

**E-mail:** ruth@ucdb.br

---

Entrevista publicada em *Currículo sem Fronteiras* com autorização da autora.

---